

Sistemas agroflorestais em assentamento rural - um estudo de caso na Amazônia

Rosângela dos Reis GUIMARÃES (1); Sergio Leite Guimarães PINHEIRO (3);
Antônio Augusto A. PEREIRA (4)

(2) Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus-AM. (3) EPAGRI, Florianópolis-SC.
(4) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC.

Nas últimas décadas, a Amazônia brasileira vem sofrendo grandes modificações de natureza antrópica. Esta região tem chamado a atenção da comunidade mundial devido às atuais e potenciais implicações ecológicas relacionadas com a utilização dos seus recursos naturais para fins de desenvolvimento. A década de 70 representou grandes mudanças demográficas, ecológicas, sociais, econômicas e culturais na região. O Programa de Integração Nacional (PIN) atraiu, por meio de incentivos diversos, investidores e empresas para a região. Os projetos de desenvolvimento privilegiaram as concessões e as apropriações de terras públicas para a pecuária extensiva, projetos hidrelétricos, exploração mineral e a construção de estradas. As comunidades indígenas e caboclas juntaram-se fluxos migratórios, procedentes do Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul do País, constituídos, em sua grande maioria, por trabalhadores rurais em busca de oportunidade para cultivar a própria terra. No entanto, no programa de colonização, não foram considerados a complexidade do ecossistema amazônico, os valores e a cultura da região, levando os agricultores migrantes a terem dificuldades de adaptação e resultados insatisfatórios nos assentamentos. Outros fatores também contribuíram para os insucessos, como a falta de infra-estrutura, dificuldades de crédito, de assistência técnica, de armazenamento, de canais de escoamento da produção e de comercialização. A partir dos anos oitentas, a Amazônia passou a ser o centro de preocupação dos ambientalistas mundiais, principalmente pelas conseqüências dos desmatamentos e das queimadas. Um dos fatores colocados como responsáveis pelo aumento do desmata-

mento é a agricultura migratória, sistema de uso da terra utilizado há séculos pelos povos indígenas e caboclos da região e, conforme Kitamura (1994), com alto grau de adaptação às condições locais. Entretanto, como observa Fearnside (1989), há marcantes diferenças entre os sistemas tradicionais de agricultura migratória praticados pelas comunidades tradicionais da Amazônia e os praticados por produtores migrantes. As comunidades indígenas e caboclas da Amazônia praticam sistemas de subsistência com várias espécies e pousio para recuperação da fertilidade do solo. Nos sistemas implantados pelos migrantes nas áreas de assentamento, há menor número de espécies, uso de variedades não tradicionais e maiores áreas operadas, com o agravante de curto período de pousio, o que contribui para diminuir a estabilidade e a própria capacidade de recuperação das condições do solo, além de baixo ou nenhum retorno econômico aos agricultores.

Como alternativa aos sistemas usados pelos migrantes, têm sido propostos sistemas agroflorestais (SAFs), por serem mais compatíveis com o ambiente tropical úmido (Serrão, 1992). Os SAFs visam não só à subsistência como também ao rendimento econômico e ao baixo nível de impacto ambiental. Segundo Nair (1993), os SAFs atenuam o conflito uso humano x conservação da biodiversidade, otimizando o uso e potencializando a renda por área. Dentro dessa perspectiva, foi elaborado o Projeto Presidente Figueiredo, uma proposta de pesquisa participativa da Embrapa Amazônia Ocidental que buscou através de sistemas agroflorestais uma alternativa de uso da terra mais sustentável para agricultores migrantes. O projeto foi desen-

volvido na área de produtores (unidades piloto), de três comunidades rurais no assentamento Uatumã/Incrá, no município de Presidente Figueiredo-AM, no período de 1992 a 1998. O sistema agroflorestal proposto foi baseado nas espécies cultivadas pelo produtores, diferenciando quanto ao arranjo espacial e temporal, bem como pela adição de fertilizantes orgânico e químico. As modificações foram justificadas em virtude do baixo rendimento das culturas nos sistemas tradicionais, das exigências nutricionais das culturas e da baixa fertilidade dos solos.

O trabalho teve como objetivo buscar a visão dos produtores e técnicos envolvidos no projeto, principalmente no que diz respeito à viabilidade dos sistemas agroflorestais no processo produtivo. Neste estudo, a pesquisa qualitativa apresenta-se mais adequada para a compreensão do fenômeno a ser investigado. Dentro da abordagem qualitativa utilizou-se a metodologia do estudo de caso, na categoria *Estudo Comparativo de Casos*, de acordo com Triviños (1987). O universo da pesquisa constituiu-se dos técnicos e produtores colaboradores, participantes e não-participantes do projeto, totalizando 32 pessoas. Como instrumental de pesquisa, utilizaram-se entrevistas semi-estruturadas, apoiadas por um roteiro e gravação em fita cassete. Juntamente com a entrevista, foi realizada a observação direta na propriedade, buscando compreender o que não aparecia no depoimento dos produtores. As entrevistas foram realizadas no período de maio a julho de 1999.

Os produtores participantes manifestaram-se a favor dos sistemas com os seguintes pontos de vista: "*é uma boa opção para o agricultor*"; "*traz muito conhecimento*" (referindo-se às informações técnicas); "*dá mais retorno que os nossos plantios*"; "*dá menos trabalho para gente porque já é todo organizado desde o início*". Alguns foram da opinião de que o sistema é mais trabalhoso no início, mas destacaram que depois é melhor para o agricultor trabalhar, se comparado à "misturada" que são seus plantios. Com relação à diferença entre a sua prática de plantio e a do sistema proposto pelo projeto, tanto os produtores colaboradores como os partici-

pantes afirmaram ter percebido muita diferença, e fizeram as seguintes colocações: "*primeiro, é um sistema bem dentro da técnica*", "*é um plantio todo de carreirinha*" (referindo-se tanto ao espaçamento entre as culturas como ao alinhamento do plantio); "*é um sistema que precisa do adubo, se não tiver o adubo não vai*", "*é preciso ter um capital para começar*". Esta última condição foi colocada como fundamental para implementação dos sistemas nas áreas; segundo os produtores, "*o sistema funciona, é muito bom, mas muitos não podem fazer pôr que para fazer um sistema daquele, bem dentro da técnica, a pessoa gasta um bom dinheiro, e essa condição a gente não tem*". Esta colocação expressou a opinião da maioria e colocou muito bem as dificuldades enfrentadas pelos produtores. Além disso, os produtores também destacaram que o crédito que eles conseguem é específico para uma cultura, não sendo permitida a "mistura": "*eu estou de acordo com o sistema, mas o pessoal do banco, por que faz o empréstimo para você plantar tal cultura, não pode por mais nada dentro. Se você plantar roça, eles não quer que você plante banana, se for o coco é só o coco, não querem nem a roça, e isso não é bom para nós*". Aqui, verifica-se a questão da vinculação do crédito rural aos pacotes tecnológicos e o incentivo à monocultura, o que reafirma a análise de Dubois (1996), quanto aos fatores limitantes para a ampla divulgação e adoção de SAFs. O que demonstra, também, que a utilização de sistemas agroflorestais como alternativa mais sustentável de uso da terra para a região ainda está restrita aos órgãos de pesquisa. Com relação aos produtores não-participantes, todos afirmaram desconhecer a experiência do projeto, o que mostra o baixo nível de difusão desse projeto.

Para os técnicos a diversificação de culturas no sistema e o escalonamento da produção são fundamentais para garantir a geração de renda e reduzir a pressão para abertura de novas áreas da floresta primária. Com relação à adoção do SAF, os técnicos evidenciaram as dificuldades dos produtores na área.

Para os técnicos participantes, a principal dificuldade dos produtores é com relação à

informação, ao conhecimento, ou seja, à falta de tecnologia para produzir. Segundo eles, *"mesmo sem ter recursos, se eles (produtores) tivessem a informação conseguiriam melhorar alguma coisa, produzir melhor dentro da área"*. O que diferiu do pensamento dos produtores, para eles *"não adianta nada saber como fazer, se não se tem condições para isso"*. O sistema agroflorestal proposto, baseado no arranjo espacial e na adubação, condições fundamentais para o bom rendimento das culturas, requer um custo de produção distante das reais possibilidades dos produtores no assentamento Uatumã. Para os técnicos não-participantes, as dificuldades dos produtores estão relacionadas primeiramente com o mercado e depois com o crédito. As dificuldades para comercialização foram relacionadas desde o transporte até à necessidade de ampliação de mercados consumidores e a agregação de valor aos produtos produzidos, colocadas como condição fundamental ao desenvolvimento socio-econômico do produtor e das comunidades. Foi consenso entre os técnicos, que de nada adiantaria investir na produção se não há mercado para absorvê-la. Além dos aspectos citados, o baixo nível de adoção do SAF foi atribuído à falta de uma maior integração entre pesquisadores e extensionistas locais, enfatizando a necessidade de uma melhor definição dos papéis dos parceiros e o estabelecimento de cronograma conjunto de atividades.

A experiência do projeto Presidente Figueiredo mostra o quanto é importante dar-se o primeiro passo na direção da construção de um objetivo maior de pesquisa e desenvolvimento. Entretanto, ficou claro que o melhoramento tecnológico não é capaz, por si só, de mobilizar os agricultores e alcançar o desenvolvimento sustentável. Isto confirma que o desenvolvimento não deve ser visto ape-

nas sob o prisma da melhoria de produtividade do sistema de produção. É preciso, sobretudo, que os demais atores exerçam participação efetiva, para que sejam atacados simultaneamente os fatores condicionantes do desenvolvimento sustentável e ocorram mudanças reais quanto à qualidade de vida dos produtores.

Referências bibliográficas

- DUBOIS, J. C. L.; VIANA, V. M.; ANDERSON, A. B. Manual agroflorestal para a Amazônia. Rio de Janeiro, REBRAAF, 1996. 228P.
- FEARNSIDE, P. M. Agricultura na Amazônia. Tipos de agricultura; padrão e tendências. In: CASTRO, E. M. R.; HEBETTE, J. Na trilha dos grandes projetos. Modernização e Conflito na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 1989. (Cadernos NAEA, 10).
- KITAMURA, P. C. A Amazônia e o desenvolvimento sustentável. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994. 182p.
- NAIR, P. K. R. An introduction to agroforestry. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, ICRAF, 1993.
- SERRÃO, E. A. S. Possibilities for sustainable agricultural and forestry development in the Brazilian Amazon: an EMBRAPA proposal. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1992. Trabalho apresentado na "Conference on Environmentally Sound Socioeconomic Development in the Humid Tropics". 1992, Manaus-AM.
- TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 137p.